



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000205-08.2017.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Ed Wilson Pedro de Souza**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**ED WILSON PEDRO DE SOUZA** ajuizou ação de **COBRANÇA** contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, alegando, em resumo, que em 15.09.2015, sofreu acidente de trânsito, do qual resultaram lesões, fazendo jus à indenização securitária prevista na Lei 6.197/74. O valor pago administrativamente, contudo, foi incorreto, incompatível com a lesão experimentada. Pleiteia a condenação da requerida ao pagamento da complementação da indenização.

Citada, a requerida apresentou defesa arguindo, em preliminar, a inépcia da petição inicial. No mérito, rebateu a pretensão inicial, aduzindo que o pagamento administrativo se fez em valor correto e apontando a necessidade de comprovação pericial das alegadas lesões e da observância, na fixação da indenização, dos critérios previstos na tabela contida na Lei 11.945/2009.

Foi realizada a prova pericial e as partes tiveram oportunidade de manifestação.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Desnecessária a produção de outras provas.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trata-se de ação na qual o autor pleiteia a condenação da requerida ao pagamento de indenização, por conta da existência de lesões, experimentadas em acidente de trânsito. Argumenta que o valor antes recebido é incompatível com as lesões sofridas.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Frise-se que a legislação de regência prevê a cobertura DPVAT para as hipóteses de morte, invalidez total, parcial ou sequelas residuais.

No caso dos autos, não é possível a outorga, ao autor, da indenização integral apontada (págs. 44/45), vez que, felizmente, não houve morte ou invalidez permanente.

A indenização parcial, compatível com a porcentagem de invalidez apurada, já foi paga administrativamente.

O laudo pericial, elaborado pelo IMESC, apontou que o autor "*é portador de sequela de acidente trânsito ocorrido em 15/19/2015, com perda funcional no membro inferior esquerdo em grau médio equivalente a um percentual de 35% aplicado a tabela DPVAT*" (pág. 170), justificando a outorga, à autora, da indenização fixada no valor apontado nas págs. 81/82, cujo pagamento, contudo, já foi realizado (pág. 74).

Indevida, portanto, a pretendida complementação.

Não prospera, por fim, o questionamento acerca da conclusão pericial.

Isto porque o laudo médico foi elaborado por profissional habilitado pelo IMESC, imparcial, não apresentando incoerências ou confusões. Neste sentido, já decidiu o Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo:

*“Processual Civil. Cerceamento de defesa. Conversão do julgamento em diligência. Esclarecimentos do perito. Desnecessidade. Laudo pericial fundamentado e que basta para o julgamento da demanda. Acidente de trabalho. Auxílio-acidente. Lesões no fêmur esquerdo. Descabimento. Laudo pericial que conclui pela ausência de incapacidade parcial e permanente. Improcedência mantida. Nega-se*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*provimento ao recurso do autor” (TJ/SP; Apelação nº. 1025360-33.2015.8.26.0053; Rel. Des. Afonso Faro Jr.; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Público; j. 21/02/2017; DJe: 23/02/2017).*

Nestas condições, não há que se falar em equívoco por parte do *expert*.

Isso posto **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **ED WILSON PEDRO DE SOUZA** contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, rejeitando o pedido inicial. Sucumbente, responderá o autor pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor atribuído à causa, atualizado, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

**P.R.I.**

Araraquara, 09 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**